

Tempo, usos e rituais: intervenções patrimoniais em um “centro histórico”

Francisco Willams Ribeiro Lopes

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e pesquisador do Laboratório de Estudos de Política e Cultura (Lepec/UFC).

E-mail: willams-ribeiro@hotmail.com

Irlys Alencar Firmo Barreira

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular da Universidade Federal do Ceará e pesquisadora do CNPq. É coordenadora do Laboratório de Estudos de Política e Cultura (Lepec/UFC).

E-mail: ialencar21@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Intervenções urbanas com vistas à conservação ou manutenção de ambientes e monumentos fazem parte da lógica que preside as políticas de patrimônio em cidades contemporâneas. Implicam acionamento de práticas simbólicas de classificação que segmentam áreas, afirmando a “história”, em oposição a locais considerados “descaracterizados” ou “degradados”. As noções de uso e patrimônio, segundo aportes conceituais de alguns autores, foram utilizadas como chaves de leitura para entender os processos urbanos de intervenção tomados, aqui, como objeto de análise.

O conceito de uso, tal como é tratado por Michel de Certeau, baseia-se, fundamentalmente, na crítica à passividade de consumidores típicos da sociedade contemporânea. Os usuários do espaço são dotados de astúcia e são também criadores do cotidiano, subvertendo disciplinas ou regras previstas. São, portanto, protagonistas de movimentos táticos que representam apropriações peculiares do espaço. As regras disciplinares não anulam as práticas cotidianas, na medida em que o “usuário sempre consegue criar para si algum lugar de aconchego, itinerários para o seu uso ou seu prazer, que são marcas que ele soube, por si mesmo, impor ao espaço urbano” (CERTEAU, 2003, p. 42).

Nessa perspectiva, o conceito de uso torna-se relevante para se pensar sobre o patrimônio como uma relação dinâmica e histórica entre práticas e regras de preservação do espaço, supondo relações sociais e ações simbólicas (ARANTES, 2006). A tensão entre sentidos – envolvendo coletividades mais abrangentes e outros localmente atribuídos aos bens de natureza diversa, mediados por instituições – torna-se constitutiva do bem patrimonial. As políticas patrimoniais, em síntese, evidenciam instituições, valores e sujeitos sociais. Assim, à sua análise se impõe a necessidade de pesquisas empíricas.

A cidade de Fortaleza vem sendo palco de discussões no que concerne às formas de intervenção espacial, envolvendo usuários e instituições que se organizam em torno da “defesa do patrimônio”. No circuito das indagações sobre “o quê” e como preservar o Centro de Fortaleza, encontram-se diferentes espacialidades. Assim, praças e monumentos passam a fazer parte de projetos específicos, aos quais são atribuídas diferentes designações. A Praça do Ferreira, a Praça da Estação e a Praça dos Mártires, entre outras, se constituem objeto de intervenções formuladas para o Centro, gerando práticas e percepções não isentas de tensões entre velhos e novos usos do espaço. Discussões sobre como disciplinar o comércio, impedir a presença de moradores de rua e interditar apropriações ilegais do espaço são frequentes.

A reforma urbana realizada na Praça dos Mártires, mais conhecida como Passeio Público, é, nesse sentido, emblemática e se incorporando a uma proposta mais ampla de intervenção no centro histórico da cidade de Fortaleza. Integra um dos projetos construídos pelos poderes municipais, visando promover a “requalificação” da referida área, incluindo praças, monumentos e espaços considerados representativos da história da capital cearense.

O Passeio Público é uma das praças mais antigas da cidade, datada de meados do século XIX. Foi construída em um areal próximo ao Forte de Nossa Senhora da Assunção conhecido como Largo da Fortaleza ou Campo da Pólvora, local onde foram executados os mártires de um movimento revolucionário designado Confederação do Equador¹.

Após a sua construção como um espaço público, a Praça se tornou o lugar de sociabilidade da elite cearense, em um período definido como *belle époque* fortalezense (PONTE, 1993). O Passeio Público foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), sendo também reconhecido como lugar de preservação histórica no âmbito estadual. No final do século XX, passou a ser considerado “degradado”, tendo em vista o desgaste de sua estrutura física e o seu uso, principalmente, por prostitutas e moradores de rua.

Tombado em âmbitos federal e estadual, o Passeio Público passou a ser reconhecido também pela Prefeitura Municipal “por sua importância histórica e social para a cidade”, sendo reafirmado como patrimônio em 2006. Na ocasião, foi incorporado ao projeto “Ícones de Fortaleza” que supunha a avaliação do local e encaminhamento de planos de reforma. A Praça também foi incluída na pauta de discussão da Secretaria Extraordinária do Centro (SECE) que visava criar projetos e elaborar propostas para (re)funcionalizar sua utilização².

Em 2007, a Praça tornou-se alvo de projeto de “requalificação”, executado por gestores da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) e sob a Coordenação do Patrimônio Histórico Cultural (CPHC), compondo as reformas pensadas para o Centro Histórico de Fortaleza. Eventos e atividades foram acionados no local com o objetivo de substituir usuários e atrair turistas e moradores de classe média.

A retomada do Passeio Público como local de intervenção e arranjos patrimoniais dá suporte empírico ao presente artigo, cujo objetivo é refletir sobre as práticas e concepções que circundam o tema da “requalificação”, associadas a conflitos simbólicos, valores e representações sobre a cidade.

Uma explanação inicial dos projetos formulados para o local é importante para contextualizar as discussões que subsidiaram as diferentes propostas.

A “REQUALIFICAÇÃO” DA PRAÇA DOS MÁRTIRES: “EM NOME DO PATRIMÔNIO”³

As primeiras discussões em torno da “requalificação” do Passeio Público tiveram início na sede da Secretaria Extraordinária do Centro (SECE), em agosto de 2006. Participaram também representantes das seguintes instituições: Instituto de Pesquisas Américo Barreira (IPAB), Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), Associação Comercial do Ceará (ACC), Colégio Militar de Fortaleza (CMF) e Movimento Amigos do Centro. O quadro a seguir mostra as propostas de utilização do espaço.

QUADRO 1 – Propostas para a “requalificação” do Passeio Público de Fortaleza

INSTITUIÇÃO	PROJETO	OBJETIVO
Instituto de Pesquisas Américo Barreira (IPAB)	Projeto Passeio Novo	“Redinamizar a frequência e o uso do espaço do Passeio Público através de uma reconfiguração, no que diz respeito à infraestrutura e a promoção de ações de valorização da importância histórica deste local para a cidade de Fortaleza”.
Associação Comercial do Ceará (ACC)	Passeio Público: resgate histórico e cultural	“Tornar o Passeio Público uma área de convivência social [...]. Para tanto a Associação Comercial do Ceará [...], responsabiliza-se pela conjugação de esforços e atração de parceiros para a realização deste objetivo”.
Colégio Militar de Fortaleza (CMF)	Projeto de Revitalização da Praça do Passeio Público	“Divulgar a história da praça através de eventos culturais que transformem o local em constante ponto de encontro agradável e seguro, não só para os fortalezenses, mas também para os turistas, o que certamente contribuirá para o enriquecimento da cultura cearense e, ainda, ajudará revitalizar o centro velho de nossa cidade.
Movimento Amigos do Centro	Memorial dos Mártires: Confederação do Equador no Ceará e Memorial do Patrimônio de Fortaleza: Miguel Ângelo de Azevedo Nirez.	Não apresentou projeto

Fonte: Síntese dos projetos, elaborada por Willams Lopes.

Conforme a descrição dos projetos apresentados neste Quadro, observa-se que todas as propostas convergem para os seguintes pontos: 1) As ações envolvem o poder público e outros parceiros, seja da iniciativa privada (da rede hoteleira) ou de instituições acadêmicas como a Universidade Federal do Ceará; 2) As reformas pressupõem mudança da infraestrutura

da praça, superação de problemas como ausência de segurança, iluminação inadequada, desordenamento de estacionamento para ônibus turístico, abandono do quiosque etc.; 3) As ações são direcionadas para se “redinamizar os usos da praça, torná-la um espaço de integração, sociabilidade e lazer a partir do enfrentamento de questões como o abandono, inadequação do uso, marginalidade e desconhecimento por parte da população”.

As projeções de mudança acionaram representações da praça como um lugar “histórico”, acompanhadas de um diagnóstico da situação no momento. Segundo o IPAB – órgão ligado à Câmara Municipal de Fortaleza –, a falta de investimento em infraestrutura e a ausência de políticas públicas para a dinamização dos usos do espaço contribuíram “[...] nas duas últimas décadas do século XX, para que este se tornasse ponto de personagens ‘marginais’, que utilizam o espaço para a prostituição, tráfico de drogas e assaltos, a qualquer horário do dia ou da noite”.

Ressalte-se que o diagnóstico da praça assemelha-se a muitos outros formulados para identificar cidades brasileiras (ARANTES, 2000), configurando as transformações que acontecem na totalidade dos centros, com repercussões sobre as formas de ocupação de espaços adjacentes⁴.

De fato, é notório observar a transformação do Passeio Público, ao longo dos anos, tendo em vista o fato de que o local abrigou, no início do século passado, uma elite que o utilizava como espaço de visitação e lazer. Assim, a mudana da frequência de usuários parece ser uma das questões mais evidentes para o diagnóstico da “deteriorao”, seguido da classificao de “local inseguro”.

Observa-se nos projetos (exceto, o do IPAB) ausência de referência   presena da prostituio que, ao longo dos anos, foi marcante no Passeio Público. A discussão sobre os usuários considerados indesejados, tais como moradores de rua e prostitutas ficou subentendida. Novas ideias de “requalificao do espao” sugerem a necessidade de incorporao de um público intelectualizado, de classe média que substituiria usuários – os ditos indesejados – para os quais parece não haver outra soluo, senão a sua expulsão ou controle.

As reuniões ocorridas no âmbito da SECE e da SECULTFOR resultaram em uma proposta de “requalificao” do local, cujo investimento, segundo informaes difundidas no jornal Diário do Nordeste, foi fixado no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), tendo como objetivo a reconfigurao urbanstica, arquitet nica e paisagstica da Praa, envolvendo uma rede de parceiros⁵. Tal proposta seguia tendências mundiais de políticas de patrimônio, tornando-se também sugestiva de um consumo decorativo.

Trata-se de intervenções que retomam o princípio higienizador de Haussmann, de assepsia e limpeza urbana, acrescido de sentidos de patrimônio (LEITE, 2002, 2004).

As reformas de: piso, bancos, conjunto de esculturas, fontes, jarros e uma nova iluminação fizeram parte das modificações ocorridas na estrutura física do Passeio Público, visando recompor sua dimensão “histórica”. E o processo de ativação do patrimônio cultural por meio de projetos de “requalificação” buscou dar funcionalidade ao espaço e atrair (novos) usuários, a partir de uma programação semanal de atividades, tais como eventos, atrações culturais e roteiros históricos⁶. As iniciativas procuravam reativar antigos sentidos perdidos no tempo como os de espaço histórico, cultural e de lazer destinado às famílias de classe média.

Enquanto no início do século XX, período da *belle époque* fortalezen-se, as políticas urbanas tinham em seus objetivos um viés de promoção da saúde a partir do incentivo a caminhadas e práticas de exercícios no espaço público (PONTE, 1993), as iniciativas atuais seguem outra direção, com a promoção de atividades que realçam a Praça como local para um consumo cultural, principalmente gastronômico, agregando a essa perspectiva a linguagem de visibilidade de bens culturais (JACQUES, 2008)⁷.

A perspectiva de recuperação de prestígio de espaços públicos não é exclusiva de Fortaleza. Sennett (1998), com base em análise de cidades europeias e americanas, considera que o desenvolvimento do capitalismo moderno e a nova “vida pública” diminuíram a importância de centros e antigas praças, como espaços de referência para o convívio social. É nesse sentido que as propostas nomeadas de “revitalização” ganham legitimização, criando tensões entre práticas diferenciadas de ocupação do espaço.

Sob a ótica da ideia de preservação, as políticas urbanas têm criado “novas” funções para os espaços públicos, na medida em que os “vazios urbanos” são vistos como uma

[...] doença a ser sanada, um erro a ser corrigido, um dano urbano. Todos criticam o sub-aproveitamento do espaço urbano, e propõe grandes “gestos” que resimbolizem esses lugares. São áreas de oportunidade de desenvolvimento econômico, de reestruturação urbana, de transformação da cidade, de locais possíveis para investimentos (MENEGUELLO, 2009, p. 131).

Se os vazios urbanos incitam a necessidade de investimentos, os projetos de “requalificação” tanto do Passeio Público quanto de outros lugares

movimentam uma série de elementos simbólicos. Narrativas provenientes de gestores públicos, de operadores do espaço urbano e rituais para a definição de uma nova funcionalidade associados a outros mecanismos estratégicos são ativados “em nome do patrimônio”.

AS NARRATIVAS

Os textos informativos, relacionados aos projetos de intervenção, apresentam comumente propostas que parecem pensar o espaço urbano como algo que pode ser modificado segundo a lógica do planejamento. O objetivo de atrair novos usuários é apresentado em substituição a atividades anteriores associadas à ocupação da Praça. O próprio termo “revitalização”, utilizado em algumas intervenções, soa como a inexistência de vida e desconsideração de outras formas de usos. Contrapondo-se a essa concepção, uma moradora do Centro, em reunião convocada pela Planefor⁸, pronunciou-se contra o termo “revitalização” argumentando estar o local “mais vivo do que nunca”. Ela, moradora antiga, afirmou que não sairia do Centro.

As novas atividades, eventos e atrações planejadas para o Centro e, em especial, para o Passeio Público passaram a integrar o “circuito de atividades culturais” da cidade. O “circuito cultural” – expressão nativa que designa uma conjugação funcional de atividades artísticas, musicais e de lazer – consiste na oferta de determinados serviços, visando possibilitar o exercício da sociabilidade, por meio de encontros entre indivíduos supostamente partidários dos mesmos interesses, códigos e valores sociais (MAGNANI, 2002). Panfletos, livretos, notícias nos jornais de maior circulação na cidade e propagandas televisivas da gestão municipal são os principais meios de divulgação de atividades designadas como “culturais”.

As narrativas⁹ veiculadas pelos meios de comunicação, entendidas no sentido de Benjamin (1985) como relatos orais, remetem a mudanças na configuração socioespacial da Praça, relacionadas a uma nova forma de utilização do local, associando-se a presença de usuários e de seguranças.

O panfleto divulgado na primeira gestão de permissionários do quiosque, durante pesquisa de campo¹⁰, além de divulgar os serviços oferecidos na Praça continha uma informação emblemática: “No mais bonito e agradável local do centro da cidade. E o mais importante: segurança total (Guarda Municipal)”. Nas narrativas em circulação após a “requalificação” do local, encontram-se mensagens recorrentes: “Aqui é seguro”, “Você pode passear tranquilamente” e “Agora tem segurança”.

Essas narrativas têm como objetivo criar uma nova imagem para a Praça, em contraposição ao estigma de “lugar perigoso” e “área de prostituição”. Além disso, o panfleto mostra uma busca de valorização do patrimônio por meio do lazer, com apelos a eventos como “Feijoada, com música ao vivo”. Outros apelos supõem tornar o local sede de possibilidades de acontecimentos e rituais: aniversários, casamentos, lançamento de livros etc.

Outras alusões à Praça aparecem na gestão municipal da prefeita Luizianne Lins (2005-2008), por exemplo, sob o slogan “Fortaleza Bela” que inclui a “revitalização” do patrimônio. A propaganda difundida apresentava o depoimento de um professor – guia de turismo e residente no Centro – sobre a “nova etapa” do Passeio Público:

[...] Como professor, eu comecei a descobrir que o Centro era uma sala de aula permanente. Eu sempre tive essa esperança de que as coisas iriam melhorar pra cá, pra região central e, de um modo especial, para o Passeio Público. Então, hoje as pessoas chegam e tem ali um chorinho, uma feijoada, tem uma contação de história, tem jogo de xadrez. Todo domingo a gente vem pra cá, estende uma manta, ela [a esposa] fica na internet, eu dou uma olhada no jornal, a gente passeia com o nosso filho. As pessoas elas... Elas saem daqui com um encantamento reforçado. Viver isso, essa nova etapa é realmente a realização de um sonho pessoal¹¹.

Segundo os gestores do patrimônio em Fortaleza, a propaganda sobre a área e seu entorno impulsionou, ainda mais, as atividades realizadas na Praça. O depoimento do professor é acompanhado de imagens de prédios históricos como Paço Municipal, Sobrado Dr. José Lourenço e, também, de eventos festivos. Além disso, visualizam-se crianças em movimento e a presença de “seguranças”, imagens que evocam ideia de tranquilidade e descontração. O próprio professor encenava participação de um piquenique realizado com a esposa e o filho em manhã de domingo.

Uma das primeiras iniciativas a integrar as narrativas da história da Praça no contexto das reformas para a “requalificação” refere-se à criação de uma cartilha pelos alunos do Colégio Militar de Fortaleza (CMF), em 2007. A cartilha “Passeio Público: histórias e experiências” contém textos de quatro estudantes do oitavo ano sobre a história, os ícones e o contexto de surgimento da Praça. Os textos exaltam as iniciativas de “requalificação” dos espaços, rememorando antigos usos responsáveis por uma credibilidade perdida ao longo dos anos.

Jornalistas constituem uma das categorias importantes de narradores que influenciam a valorização do local, registrando notícias com base em uma temporalidade, referindo-se ao antes, durante e depois da política de “requalificação”. As narrativas expõem significados da praça e, às vezes, jornalistas se apresentam como detentores de uma informação verídica, porque baseada em “fatos”.

Nem de longe o reforçado telhado e o cheiro de tinta nova nas paredes lembram fezes, urina, preservativos, pedaços de tecido embebidos de sangue e pontas de cigarro que antes denunciavam as velhas finalidades de um espaço que, *na verdade*, sempre foi potencialmente cultural (WANBERGNA, 2007, grifo nosso).

As gravações de imagens realizadas pelas equipes de produção apresentam famílias se confraternizando em um “café da manhã”, outros em um piquenique; indivíduos utilizando equipamentos como *notebooks* e celulares, de acesso gratuito à *internet*, evocando, no conjunto, ideias de um ambiente familiar, harmônico e seguro. A dimensão familiar de ocupação da praça também se encontra registrada em cartão postal no passado, momento em que a frequência era marcada pela presença de famílias de classe média alta (BARREIRA, 2008).

Em suma, segurança e presença de um novo público fazem parte das principais narrativas veiculadas sobre o Passeio Público em vários meios de comunicação, incluindo periódicos, *sites* e propagandas. A imagem reciclada da Praça supõe também um conjunto de instituições e profissionais especializados na manutenção da forma mais recente de utilização do espaço.

GESTORES DO PATRIMÔNIO

SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA (SECULTFOR)

A principal instituição responsável pelo processo de “requalificação”¹² do Passeio Público é a Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), composta por uma equipe de historiadores, arquitetos e advogados. Ao indagá-los sobre o porquê da escolha do Passeio Público como lugar de intervenção, um gestor da Coordenação de Patrimônio Histórico Cultural (CPHC) se referiu à imagem de “degradação”, por conta do “descaso do poder público”, e da intensa atividade de prostituição.

O Passeio Público foi escolhido porque estava num estado deplorável, e era uma reclamação da sociedade de Fortaleza, [...] um dos fatos foi esse, que o Passeio estava muito degradado, inclusive, os jardins que estavam sem a irrigação suficiente. [A praça] é um ponto que embora toda a Fortaleza não frequente, todos admiram (Trecho de entrevista concedida a Willams Lopes, por um gestor do CPHC em maio de 2010).

Muitos termos adotados pelos projetos urbanísticos são acompanhados do prefixo RE, indicando uma necessidade de adaptação de usos conformados a diferentes temporalidades (VASCONCELLOS; MELLO, 2006). Implícita em todos os “REs” está a importância dada à recuperação dos centros urbanos e à preservação de áreas consideradas históricas. Trata-se de imprimir ao local uma marca de intervenção que supõe novidade em consonância com a sua historicidade.

Os gestores são elementos estratégicos na “requalificação” do patrimônio e, quando indagados sobre suas funções, declararam ser os responsáveis por autorizar, selecionar e elaborar os projetos que visam (re)funcionalizar áreas consideradas “degradadas”. Assim, quando concluíram a reforma em 2007, criaram o fórum Amigos do Passeio Público, reunindo “instituições e pessoas interessadas em cuidar do patrimônio para trocar ideias e elaborar propostas para o uso do espaço”¹³.

Os projetos de “requalificação” elaborados pela SECULTFOR trazem à discussão concepções e sentidos atribuídos aos equipamentos classificados como parte do patrimônio urbano. De acordo com o texto informativo em seu *site*, os gestores da Secretaria compreendem o patrimônio histórico cultural conforme a proposta dos estudiosos dessa área. O trecho a seguir é esclarecedor:

O Patrimônio Cultural do Município de Fortaleza é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, móveis e imóveis, públicos e privados tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense e que, por qualquer forma de proteção prevista em lei, venham a ser reconhecidos como de valor cultural, histórico e natural, visando sua preservação¹⁴.

Em suma, o próprio conceito de patrimônio cultural refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura de um grupo ou de uma sociedade (LEMOS, 2004). Em documento referente às regras de uso do espaço, os gestores do patrimônio afirmam que o “Passeio Público é

de todos”¹⁵. Embora esta suposição possa ter uma conotação democrática, sua realização é mais complexa, remetendo aos temas da segregação e dificuldade de convívio entre pertencimentos diferenciados de classe.

O conjunto de ações e funções voltadas para assegurar uso múltiplo da Praça revela a complexidade das intervenções e a existência de tensões associadas.

OS PERMISSIONÁRIOS DO QUIOSQUE

Os permissionários ou locatários do quiosque estão entre os gestores do patrimônio por serem responsáveis pelo desenvolvimento de atividades pautadas em propostas de “requalificação” e regras de uso do Passeio Público. Obtiveram uma licença para trabalhar no local por meio de uma seleção realizada pela SECULTFOR, com a qual possuem uma relação de parceria. A (re)instalação do quiosque, atualmente denominado “Cafê Passeio”, visa desenvolver atividades artístico-culturais e de comércio alimentício. Várias gestões de permissionários já aconteceram, sendo a do período 2012-2013 considerada “equitativa” pela constância nas atividades de natureza comercial e cultural realizadas. Trata-se de uma gestão que diversificou o cardápio, dinamizou o horário de atendimento e excedeu suas funções, utilizando recursos próprios para garantir a continuidade da programação cultural.

O ADMINISTRADOR DA PRAÇA

Soma-se às atividades dos permissionários e da SECULTFOR a função de um administrador, responsável por segurança patrimonial, tratamento paisagístico, limpeza etc. Ele coordena as várias atividades previstas para o local, facilitando a integração entre elas, além de ser considerado fiscal da “ordem”.

Embora a CPHC afirme ser comum a presença de administradores nas praças de Fortaleza, há algumas décadas não é possível deixar de associar a presença de um profissional com essa especialidade à emergência da concepção de um modelo típico da cidade moderna, dotada de organização racional, mecanismos de controle de horário e outras regras (VAINER, 2002).

OS GUARDAS MUNICIPAIS

O anúncio de eventos geralmente se faz acompanhar de uma descrição da presença de seguranças. A Guarda Municipal de Fortaleza (GMF) é tida

como um dos serviços estratégicos mais importantes na “requalificação” do Passeio Público. Trata-se de uma categoria considerada de grande utilidade, visto serem os guardas municipais responsáveis pela disciplina, garantindo a presença de “usuários convenientes”, segundo a forma prevista no projeto. Trechos de entrevistas que nos foram concedidas corroboram a importância dessa associação presença da Guarda-segurança:

É primordial, é essencial, porque as pessoas quando vêm pro Passeio, a primeira coisa que elas olham é a Guarda [Municipal] e já se sentem seguras de haver dois, três guardas, às vezes até uma patrulha quando tem um evento como esse do bloco [de pré-carnaval] que se apresentou no domingo. Tinha uma patrulha com mais de seis guardas aqui, então [...] não pode deixar de faltar (Entrevista com permissionário do “Café Passeio”, em fevereiro de 2010).

As pessoas perguntam logo como é que está a segurança, é a primeira coisa que eles perguntam: ‘tem segurança aqui?’. Tem. Eu mostro a Guarda, mostro a PM [Polícia Militar], à noite tem segurança armada [...]. O foco deles é a segurança; é muito louco. É a primeira coisa que perguntam (Entrevista com o administrador da Praça, em janeiro de 2012).

A segurança é muito importante, porque antigamente não podia ficar sozinho esta hora. Antes, você sentava, as prostitutas eram tudo em cima. Incomodando... A Polícia inibiu, elas pediam um café, um cigarro, mas queriam era marcar um programa (Raimundo Nonato, 47 anos, usuário do Passeio Público).

Segundo dados da Prefeitura de Fortaleza, os guardas municipais teriam como principais atribuições prevenir a violência, a criminalidade, garantir o cumprimento das leis e proteger o patrimônio, os bens e serviços do município. O papel de segurança patrimonial levou os guardas municipais a atuarem principalmente em espaços públicos, pois deveriam promover a segurança em praças, equipamentos de lazer, parques ambientais e outros¹⁶.

Os operadores da vigilância costumam estar sempre atentos aos usuários e às atividades desenvolvidas dentro da Praça; circulam sempre no interior do logradouro e dão informações aos frequentadores. A Praça é mediada por instituições de controle social, verificando-se que os guardas utilizam, no turno diário, os seguintes instrumentos de trabalho: apito para avisos de atenção ou pedidos de ajuda; tonfa; espargido (*spray* de pimenta); algemas e, em alguns casos, *taiser* e armas extras como canivetes.

No decurso da “requalificação” do Passeio Público, a ação dos guardas municipais revela-se como mecanismo de disciplinamento do espaço, tendo como objetivo principal inibir a presença dos moradores de rua e de prostitutas, retirando o estigma da Praça como ponto de circulação de droga e prostituição.

Os guardas municipais exprimem sua função na vigilância com os usuários das praças e equipamentos públicos como parte de um poder disciplinar (FOUCAULT, 1979). Os operadores da disciplina entrevistados¹⁷ declararam receber orientação para, no desempenho do seu papel, serem incisivos em relação aos moradores de rua, sobretudo, o maltrapilho ou pedinte que entra na Praça; este é visto como possível assaltante ou indivíduo que vai “incomodar” os outros usuários. Comumente, por ocasião da realização de eventos no local, por exemplo, aos finais de semana, constatando a presença de pedintes, ali, os guardas ordenam que se retirem; e procedem do mesmo modo com aqueles que tentam dormir sobre os bancos da Praça. Na prática, bater nos bancos em que eles estão deitados, falar em tom de voz mais alto e provocar a retirada são práticas que estão inclusas na abordagem policial.

Além de inibir a presença de moradores de rua, a Guarda volta sua atenção para as prostitutas. Uma profissional da Guarda afirma identificar uma prostituta “pela aparência, pelas roupas e porque são mulheres que passam encarando os homens”. Ela declara: “Nós observamos, se tiver algum idoso [público-alvo] sentado sozinho, nós nos aproximamos se elas tentarem chegar perto. É proibido abordar as pessoas, elas já sabem disso”. Todavia, as tentativas de marcar um programa – burlando a ordem estabelecida – entre as prostitutas e seus clientes dentro da Praça são realizadas em um curto intervalo de tempo. Segundo informação dos entrevistados, quando alguma das “meninas”¹⁸ entra na Praça, os guardas ficam observando o seu trajeto. Em caso de abordagem de eventuais clientes, ocorre a ordem de retirada.

A maior parte das ações dos profissionais da disciplina visa afastar os indivíduos considerados “indesejados”, pois as práticas de comércio sexual e os constantes furtos realizados ao longo dos anos na Praça construíram, historicamente, um “estigma”, cristalizando a imagem de espaço inseguro e distante do padrão de moralidade dominante. Os encarregados da disciplina associam “todos os problemas” do Passeio Público à presença de prostitutas, moradores de rua e pedintes que utilizaram o espaço nas décadas passadas e ainda transitam pelo mesmo.

Contudo, evitar a presença ou expulsar as “meninas” da Praça não pode ser visto como uma prática excludente. Uma prostituta que ainda frequenta aquele espaço para marcar seus encontros, afirma que os guardas municipais

sabem sobre sua profissão, mas “permitem” suas abordagens a possíveis clientes, por ela ser uma pessoa comportada e discreta. Ela considera não chamar tanto à atenção e enfatiza que seu vestuário é diferente das outras “meninas” e que costuma ficar sentada de forma tranquila nos bancos da Praça. As entrevistas com as prostitutas revelam a existência de um processo de negociação ou criação de “brechas” na ordem, relativizando-se, assim, a eficácia plena da disciplina. São arranjos baseados em práticas que burlam os mecanismos de controle, incorporando transgressões típicas do espaço urbano (CERTEAU, 2012).

A expulsão dos usuários considerados “indesejados” impõe-se também pela tentativa de afirmação de usos que visam atrair outro público. Para gestores, permissionários e encarregados da disciplina, as práticas antigas não podem conviver com as atuais, as quais visam tornar o Passeio Público um ambiente cultural, de lazer, destinado aos turistas e às famílias.

ÍCONES DO PATRIMÔNIO

Os ícones do patrimônio podem ser entendidos como os objetos situados no interior da Praça aos quais é atribuído valor material e simbólico. Embora cada um dos ícones não tenha sido tombado especificamente pelo IPHAN, todos se tornam passíveis de proteção, na medida em que estão inseridos no ambiente do Passeio Público. Há, assim, uma articulação entre o material e o simbólico, proporcionando ao lugar um ar bucólico e semelhante ao de um museu, no qual várias peças estão dispostas para contemplação. Através da observação empírica, constatamos, ali, a presença de bustos, esculturas, fontes, árvores, coreto, quiosque, lago artificial e caixa d’água.

Dentre os ícones da Praça, é atribuído maior destaque ao Baobá. Trata-se de uma árvore centenária, de origem africana, muito alta e de tronco largo, plantada ali em 1910. “Essa árvore aqui é o cartão-postal do Passeio Público” e “Todo mundo quer tirar foto no Baobá” são frases comumente proferidas pelo administrador da praça. Junto ao Baobá, encontra-se também um grande conjunto de outras árvores. Entre elas, são mencionadas pela sua denominação popular: mungubeira, macaúba, oiticica, jucazeiro, pau d’arco roxo e outras.

O Baobá não é tombado em particular; porém, uma vez que integra o conjunto “Passeio Público”, sua proteção está como que assegurada pelo tombamento deste último. É interessante destacar que os movimentos em defesa do meio ambiente também foram importantes para a ampliação das práticas de patrimônio acionadas no local, associando cultura e natureza (FUNARI; PELEGRINI, 2006)¹⁹.

RITUAIS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Tornar o local objeto de atração e valorização por meio de visitas, frequências programadas e contemplação significa entender que os processos de afirmação patrimonial se fazem acompanhar de rituais de reconhecimento.

Nesse sentido, o quiosque Café Passeio situado na Praça foi central para pensar os rituais de patrimonialização. Estes são planejados pelos permissionários em parceria com a SECULTFOR e ocorrem, em sua maioria, na área próxima ao quiosque. O Café Passeio é um estabelecimento de comércio alimentício que oferece aos visitantes cafés, lanches e refeições rápidas. Na praça, o quiosque também é diretamente envolvido em atividades artístico-culturais procurando-se, assim, torná-lo um local de sociabilidade baseado em frequência mais permanente.

Entre as atividades, os eventos e atrações planejados que mais se destacaram, por terem sido constantes e agregarem grande quantidade de pessoas, foram a Feijoada e o Piquenique no Passeio. Estes eventos podem ser entendidos como rituais de ativação do patrimônio cultural, na medida em que articulam um duplo processo social: um ato de legitimação que imprime valor histórico, artístico e cultural ou simbólico a uma construção, objeto ou prática e a perspectiva de um “valor de uso”. A exaltação de personagens e histórias consideradas significativas para a nação, confere ao espaço um interesse local, nacional e internacional (FRIAS, 2000; CRUZ, 2012).

Para além desta definição, esses rituais atribuem novos sentidos, valores e usos às formas de sociabilidade vigentes em lugares considerados patrimoniais, fazendo com que não somente a história oficial, mas também os conflitos e as negociações sejam contemplados (BEZERRA, 2014).

Os eventos realizados no decorrer dos últimos anos, seja por iniciativa da Secultfor ou de particulares, são como cerimônias pautadas por objetivos, regras e procedimentos que contribuem para uma ordenação social e cultural de espaços urbanos, funcionando como ritual ou “processo ritual” (TURNER, 1974). Trata-se de uma ritualidade que se afirma não tanto pela recorrência, mas pela capacidade de afirmar ícones de valorização do local, contribuindo para o reforço do que se considera como patrimônio.

FEIJOADA NO PASSEIO PÚBLICO

A Feijoada realizada no Passeio Público faz parte do projeto *Sol Maior*, elaborado em 2008. Inicialmente, consistia na realização de apresentações

de acordeonistas, executando música instrumental às sextas-feiras, à tarde, e, aos sábados, *shows* de saxofonista, baixistas, violonistas e guitarristas.

Fruto de uma parceria entre os permissionários do quiosque e a SECULTFOR, o evento foi pensado, pelos seus produtores, como algo que ultrapassasse o âmbito do comércio alimentício. Assim, agregava, também, outros aspectos da “cultura local”. Desde o início, essa dimensão se expressa no adjetivo “tradicional” presente em peças publicitárias de sua divulgação, manchetes de jornais, panfletos e reportagens televisivas. A Feijoada ocorre todos os sábados, das 12h às 15h, e é o evento que tem tido mais continuidade, ali, pois ano após ano consolidou uma frequência de usuários na Praça.

Segundo os gestores da SECULTFOR, todas as atividades realizadas durante a Feijoada devem ser ligadas a “cultura, educação e família”, podendo, assim, contribuir para a requalificação do Passeio Público. A Feijoada se inicia quando um funcionário da Prefeitura se dirige ao palco e lê um texto cumprimentando os presentes, apresentando os músicos, divulgando outros eventos e fazendo menção ao projeto de “requalificação”. A praça é apresentada como um “espaço requalificado, sem riscos ou problemas sociais”, e há um apelo para a participação das famílias em outras atrações.

Durante a Feijoada, os indivíduos se distribuem nas mesas espalhadas próximas ao quiosque. O evento é concebido como prática de “uso patrimonial”, isto é, planejado pelos gestores de um patrimônio considerado requalificado, de acordo com as normas estabelecidas pelos mesmos. Além disso, a Feijoada pode também ser entendida como um evento-território, semelhante aos descritos por Osmundo Pinho (1996) ao pesquisar territórios e desigualdades raciais no Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador, na Bahia. Segundo Pinho, o evento-território ocorre à medida que a identificação entre os indivíduos se dá na prática de territorialização do espaço. Assim, o fato de “estar ou poder estar presente” na Feijoada é indicador de que os indivíduos partilham de interesses e objetivos semelhantes. O evento-território descreve um tipo de apropriação da Praça de forma não substancializada, mas transitória e situacional.

Como em um ritual de afirmação de valores, a cada sábado a Feijoada se repete com suas regras, procedimentos e outras práticas culturais. Nesse contexto, vale a pena invocar a cidade de Zirma, descrita por Calvino, considerada uma cidade “[...] redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente [...], para que a cidade comece a existir” (1990, p. 23). A Feijoada torna-se um ritual em que símbolos de pertencimento são evocados e “usos patrimoniais” acontecem afirmando a importância do Passeio Público como lugar digno de existir e ser preservado.

PIQUENIQUE NO PASSEIO

O Piquenique no Passeio é outra atração planejada para a “requalificação” da Praça. Projetado em 2012, ocorre aos domingos pela manhã, de 9h às 12h, e consiste na produção de um momento de lazer e entretenimento. Para o Piquenique no Passeio, a SECULTFOR oferece uma programação infantil com apresentações de teatro de bonecos, espetáculo de palhaços, narração de histórias, e, além disso, incentiva os usuários a trazerem esteiras e toalhas para piquenique na grama, configurando-se, ali, momento de leitura ou descanso.

Desde cedo, pode-se encontrar muitas pessoas em família e/ou grupos de amigos se confraternizando em espaços específicos da Praça, com objetos próprios: mesas, cadeiras, isopores, depósitos de lanches, garrafas de café etc. Grupos de pessoas realizam piqueniques na grama; outras utilizam a tranquilidade de alguns pontos da Praça para leitura ou prática de orações. Já outros se divertem ao lado do quiosque: um fluxo intenso, crianças circulam de *skate*, patins e bicicleta. Nessa área, ocorrem também ocorrem atividades planejadas pela SECULTFOR, comumente, iniciando-se às 10:00 horas, agregando um público de muitas crianças e adolescentes acompanhados de seus pais.

Como ritual, o Piquenique no Passeio apresenta procedimentos semelhantes aos da Feijoada, mas como não é um evento tão concentrado ao lado do quiosque e se espalha entre outros espaços da praça, leva seus participantes a terem uma atitude de reserva, se afastando de qualquer indivíduo ou situação que demonstre suspeição. Observa-se que os participantes se sentem incomodados com um eventual morador de rua sentado em um dos bancos, ou com a presença de um casal que circula por ali “com abraços e beijos calorosos”, cenas que remetem à imagem anterior da praça como “lugar de prostituição”.

A realização do Piquenique mostra, também, como as regras estabelecidas são “negociadas” em algumas situações. Exemplo: existem regras oficiais proibindo a entrada de animais ou a utilização de veículos não motorizados (bicicletas) naquele espaço; mas, “em nome da requalificação” e, considerando-se tratar-se de um “ambiente familiar”, se permite a realização dessas práticas pelos filhos de integrantes de segmentos sociais supostamente mais abastados.

Desta forma, o Piquenique é mais uma proposta da política de “requalificação” que demarca as segregações existentes no espaço público, pois os indivíduos considerados marginalizados não são bem-vindos, nem possuem os códigos culturais necessários para consumir as atrações planejadas.

OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS

Atividades menos frequentes, designadas como “culturais”, também podem ser entendidas como rituais, resultando em valorização do patrimônio simbólico, tais como apresentações teatrais, aulas de *Tai chi chuan* e rodas de capoeira.

As ações de entretenimento ou atrações planejadas pela SECULTFOR, em parceria com outras instituições, convergem para um único objetivo: atrair público para a Praça. Elas também são pautadas por regras de legislação patrimonial e de uso do espaço. E, em algum momento de sua realização – seja inicial ou de agradecimento final –, seus executores costumam fazer menção à “requalificação” do espaço.

Entre tais atividades, constatamos rodas de capoeiristas; ponto de encontro para prévias carnavalescas; apresentações teatrais do Centro Cultural Banco do Nordeste (BNB), aulas de *Tai chi chuan*, duas vezes na semana; guias de turismo para apresentar a Praça; *happy hour*, às sextas-feiras, e os Ensaios Abertos nos quais grupos de música, teatro ou dança realizam apresentações nas tardes de domingo.

Algumas das situações elencadas reforçam a lógica de “requalificação” associada à busca de uma “[...] rede de relações que combinam laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas” (MAGNANI, 2002, p. 21). Contudo, a Praça não conseguiu por meio das designadas atividades culturais realizar as funções (esperadas) de construção de um espaço público diferenciado e baseado na presença de diversos segmentos sociais portadores de uma sociabilidade desejada. A maioria dos eventos citados que funcionaram durante um período não teve continuidade.

As atividades se caracterizam também como um “evento-território” por serem pontuais e baseadas na utilização transitória e situacional do local, estando marcadas por uma lógica de montagem e desmontagem (PINHO, 1996). Ao término das “atividades culturais”, prevaleceu um princípio de retirada tal como no final de um espetáculo.

EVENTOS OU ATIVIDADES PARTICULARES

Os eventos particulares são aqueles de iniciativa privada que não supõem envolvimento imediato com os poderes públicos. São, no entanto, valorizados pelos gestores e considerados desejáveis para a conservação do patrimônio, pois mesmo não tendo sido previstos de forma clara no

projeto inicial de “requalificação”, contribuem para a dinamização e valorização do local.

Entre os acontecimentos ligados a públicos específicos, destacam-se casamentos, festas de aniversário, lançamentos de livros, congressos e piqueniques. Esses eventos não fazem menção à “requalificação” do espaço (exceto, os lançamentos de livros), e seus organizadores costumam ser livres de sanções ao descumprirem regras oficiais estabelecidas para a utilização da Praça²⁰. A maioria dos eventos particulares envolve atividades relacionadas a educação, como o lançamento de livros e realização de palestras, atraindo grande número de intelectuais e estudantes, por exemplo, casamentos e comemorações de aniversários, congregando relações familiares. Os espaços da Praça tornam-se também cenários para *books* de casamento.

PATRIMÔNIO, PRÁTICAS SOCIAIS E TEMPORALIDADE

Descrever o conjunto de práticas e atores envolvidos na tentativa de dar sentido e fazer a “recuperação histórica” do patrimônio supõe desnaturalizar a preservação e mudança de usos como “problemas” em si mesmos que caracterizam os diferentes espaços urbanos.

Percebe-se que a ideia de “cuidar de patrimônio” envolve não apenas recuperar edificações e espaços danificados pelo tempo, mas também incutir na população percepções de valorização, realizando a travessia entre passado e presente. Assim, efetivam-se narrativas sobre o local, conferindo-lhe o caráter emblemático de ícone da cidade, integrante do centro urbano. Tornar “público” o espaço público supõe intervenções e programas governamentais que, sob a égide da “requalificação”, se propõem a realizar uma série de atividades, envolvendo instituições e práticas culturais capazes de atrair visitantes de forma mais sistemática. Crianças e jovens tornam-se o alvo das programações, sendo a culinária e as atividades de recreação acionadas como possibilidade de ocupação do local.

Conflitos em torno de antigos e potenciais usuários reeditam a “guerra de lugares” (ARANTES, 2000), que percorre as diferentes localidades da Praça outrora ponto de atração da elite local. Isso significa que os processos de intervenção gerenciam os conflitos, buscando conferir dignidade por meio da expulsão de frequentadores considerados inconvenientes. Os usuários da rua que passam a ter no Centro um espaço de permanência tornam-se alvo da segurança, expressando a divisão espacial que vem caracterizando a cidade nos últimos decênios.

E é na perspectiva de um patrimônio que busca imprimir usos com dificuldades de serem sedimentados no cotidiano que os conflitos simbólicos entre sentidos e estratos sociais se atualizam. Os liames entre a cidade e o local tornam-se difíceis de serem restabelecidos, antagonizando-se com o cartão postal do passado. Distante da monumentalidade que empresta ao patrimônio certa noção de naturalidade, a Praça dos Mártires põe a questão de como inventar novas formas de ocupação do espaço, tendo em vista as mudanças promovidas pela reforma, e “o como fazer” com que práticas advindas de intervenções institucionais mais recentes passem a adquirir formas de sociabilidade, no sentido atribuído por Simmel (1983), contra a fluidez que caracteriza os usos do espaço no centro da cidade.

Em síntese, a busca de retorno aos espaços da cidade por segmentos das classes médias e alta visa demarcar concepções e formas de uso do patrimônio, exprimindo tanto as profundas desigualdades sociais existentes na cidade, como sentidos que articulam memória e consumo na vida urbana contemporânea.

NOTAS

1 A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário que pretendia criar um novo Estado no Nordeste, adotar a república como forma de governo e lutar por igualdade social. Devido à proximidade com o Forte, o espaço da Praça tornou-se um lugar destinado a execuções de pena de morte dos confederados vencidos em 1824. O nome Praça dos Mártires é uma homenagem aos principais participantes desse movimento: Pessoa Anta, os tenentes coronéis Ibiapina e Carapinima, o tenente de milícias Azevedo Bolão e o padre Mororó (ARAGÃO, 1999).

2 Para efeito da sua administração municipal, os bairros da cidade de Fortaleza são agrupados em 6 áreas denominadas “regionais”, além do Centro. Cada regional tem sua secretaria. A Secretaria Extraordinária do Centro (SECE) é a responsável pelos serviços de execução, gerenciamento e assessoria de políticas públicas, bem como pelo desenvolvimento de estudos e elaboração de projetos para o bairro Centro.

3 “Em nome do patrimônio” é uma expressão que serve de referência ao discurso dos gestores que justificam as propostas de intervenção, considerando ser o Passeio Público um ícone da “história da cidade”.

4 O diagnóstico da praça é também corroborado pelo senso comum, incluindo “pesquisa” feita por alunos do Colégio Militar de Fortaleza cujo relatório final registra “ser a história da praça desconhecida para a maioria dos habitantes da cidade por conta da insegurança”. E os alunos acrescentam que muitos turistas e fortalezenses a viam apenas das janelas dos ônibus, por ser considerado lugar que “serve de abrigo a todo tipo de delinquência”.

5 Os investimentos foram em parte da Prefeitura (que conseguiu R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) com Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR) e outra parte de empresas privadas (VASCONCELOS, 2008). Do valor total, R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) foram doados sob a forma de tinta e grama, pelo Instituto Cor da Cultura. Após a reinauguração do Passeio Público, este Instituto promoveu o evento Casa Cor, no Museu da Indústria, localizado defronte ao Passeio Público, utilizando a praça como ante-sala para o evento (PEIXOTO, 2007).

6 A Secretaria de Cultura de Fortaleza, responsável pelo processo de ativação do patrimônio cultural, tornou-se, a partir de 2007, o principal órgão responsável por atividades capazes de emprestar outra funcionalidade aos espaços públicos da cidade.

7 Segundo Jacques (2008), há um processo de espetacularização dos bens culturais, reduzidos a mercadorias mais voltadas para comercialização.

8 Reunião do Planefor (Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza), realizada em 9 de abril de 2015, da qual participaram entidades do bairro, com o objetivo de propor projetos para a área, incluindo “participação da população”.

9 Para a utilização do conceito de narrativa, tendo em vista pensar sobre representações das cidades contemporâneas, ver BARREIRA, Irllys. *A cidade como narrativa*. Lisboa: ICS, 2013.

10 A pesquisa de campo que serviu de subsídio a este texto foi feita por Willams Lopes, como parte de sua dissertação de mestrado (LOPES, 2013). Integra-se à pesquisa do Laboratório de Estudos de Política e Cultura (Lepec) sobre Cidade e Patrimônio, que faz parte do objeto de investigação de Irllys Barreira, no contexto da bolsa de produtividade em pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

11 Propaganda disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=rg-d4Po6XqCo>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

12 Nas entrevistas realizadas com os gestores, o termo “requalificação” é aplicado em contraposição à palavra “revitalização”. Trata-se de uma revisão do conceito que vem sendo alvo de críticas, pois, segundo afirmam, o Passeio Público sempre teve vida e precisava apenas de mudanças na forma de utilização do espaço.

13 O fórum Amigos do Passeio Público sofreu descontinuidade por falta de quórum e, alguns meses depois, a Organização Não-Governamental (ONG) Mediação dos Saberes foi contratada pela Prefeitura Municipal para realizar atividades culturais, tendo em vista dinamizar os usos da Praça. As iniciativas desenvolvidas foram: instalação de mesinhas e tabuleiro de xadrez, apresentação de grupos teatrais, aulas de ioga, *shows* musicais de chorinho e piano. Contudo, o contrato foi suspenso no primeiro semestre de 2008, por conta da insuficiência de participantes.

14 Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em:

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/cultura/index.php?option=com_content&task=view&id=10482&Itemid=119>. Acesso em: 15 jan. 2014.

15 Documento intitulado “Procedimentos de proteção e guarda da Praça dos Mártires (Passeio Público)”, arquivo da SECULTFOR.

16 A Guarda Municipal do Passeio Público é constituída, diariamente, por uma dupla de guardas, comumente, um homem e uma mulher que trabalham das 6h30 às 18h30. Durante a noite, são seguranças armados que fazem a defesa patrimonial, sob gestão de uma empresa privada, contratada pela Prefeitura.

17 No contexto da pesquisa de mestrado de Willams Lopes, foram realizadas entrevistas com seis guardas municipais: três em 2010 (dois homens e uma mulher), e outras três em janeiro de 2012 (dois homens e uma mulher). Optamos por manter o anonimato dos informantes.

18 Categoria nativa utilizada para identificar as mulheres prostitutas.

19 Trata-se de associação já formulada há décadas, pois, no final de 1950,

a legislação de proteção do patrimônio ampliava-se para o meio ambiente e para os grupos sociais e locais (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

20 Um exemplo significativo foi a realização, na Praça, do XIX Congresso Brasileiro de Perinatologia, em 2007. Dois guardas municipais comentaram que os organizadores de tal evento fecharam os portões da praça, fazendo do espaço público um ambiente privado. Mesmo assim, nenhuma medida foi tomada em relação a tal episódio. Em outros eventos, percebe-se a presença irregular de animais e de uma intensa movimentação que contribui para a danificação da grama e das árvores.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Antonio. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNICAMP), 2000.
- ARANTES, Antonio. Patrimônio cultural e seus usos, a dimensão urbana. Revista **Habitus**, Goiânia, v. 4, p. 425-435, 2006.
- BARREIRA, Irllys. *A cidade como narrativa*. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais (ICS), 2013.
- BARREIRA, Irllys. Narrativas do olhar: Fortaleza em cartões postais. In: LEITE, R. (org.). *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2008.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BEZERRA, Roselane. Políticas urbanas e processos de patrimonialização nas cidades de Fortaleza e de Almada. **Forum Sociológico**, Lisboa, n. 25, 2014. Disponível em: <<http://sociologico.revues.org/931>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 5ª edição. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2003.
- CRUZ, Rita. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRIAS, A. “Patrimonialização” da alta e da praxe acadêmica de Coimbra. *Anais do IV Congresso Português de Sociologia*. Coimbra, 2000.
- FUNARI, Pedro; PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- JACQUES, Paola. Cenografias e corpografias urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. Revista **Continuum**, São Paulo, Itaú Cultural, n. 5, p. 47-57, 2008.
- LEITE, R. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004.
- LEITE, R. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, p. 115-134, jun. 2002.
- LEMOS, C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LOPES, F. W. R. A “requalificação” do patrimônio: intervenções, estratégias e prática na Praça dos Mártires (Passeio público) de Fortaleza.

- Dissertação de Mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2013.
- MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.
- MENEGUELLO, C. Espaços e vazios urbanos, *in*: FORTUNA, C.; LEITE, R. (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.
- PEIXOTO, M. Passeio Público volta à cidade. **Diário do Nordeste**, 03 nov. 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?Codigo=484391>>. Acesso em 09 jun. 2011.
- PINHO, Osmundo. *Descentrando o Pelô: narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador*. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP, Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- PONTE, S. *Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. *In*: FILHO, Evaristo (org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1974.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: VAINER, C.; ARANTES, O.; MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- VASCONCELLOS, L; MELLO, C. Re: atrás de, depois de...., *In*: VARGAS, H.; CASTILHO, A. (orgs.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. São Paulo: Manole, 2006.
- VASCONCELOS, L. *Um Centro para uma cidade (pós-)moderna: a requalificação do Centro histórico de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2008.
- WANBERGNA, Ludmila. Passeio público será reinaugurado hoje. **Diário do Nordeste**, 06 out. 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/passeio-publico-sera-reinaugurado-hoje-1.323215>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

Palavras-chave:
**patrimônio; rituais;
usos; Praça dos Mártires.
Fortaleza.**

Resumo

O artigo analisa as políticas de preservação do patrimônio designadas como “requalificação”, com ênfase nas intervenções, estratégias e práticas sociais consequentes. As ações feitas em nome do patrimônio implicam um processo de substituição de usuários por meio de rituais de entretenimento, buscando atrair turistas e moradores de classe média. Os conflitos de natureza social e simbólica exprimem as dificuldades de incorporar ao local novas formas de sociabilidade, pondo em pauta a questão do tempo, dos usos e da transformação dos espaços urbanos. A reflexão tem como referente empírico os projetos de intervenção realizados na Praça dos Mártires, situada no Centro de Fortaleza, Ceará.

Keywords:
**Heritage; rituals; uses; Praça
dos Mártires; Fortaleza.**

Abstract

The article analyses historic and cultural heritage preservation policies named “requalification”, focusing on interventions, strategies, and social practices resulting of it. Actions taken on behalf of heritage happen by means of a process that changes users by using entertainment rituals, trying to attract tourists and middle class residents. Conflicts of social and symbolic nature show the difficulties of incorporating in the place new ways of sociability, requiring discussion of time, uses, and transformation of urban areas. The article uses as empirical reference the intervention projects made in Praça dos Mártires, located at Fortaleza downtown, Ceará.

Recebido para publicação em dezembro/2014. Aceito em maio/2015.
